

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Derrotado por antecipação, o governo já pensa em desistir de aumentar o IOF

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, admitiu que a equipe econômica estuda alternativas que possam substituir o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), diante das pressões do setor produtivo e financeiro e da perda de sustentação política no Congresso, a partir do momento em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), se manifestou publicamente contra o aumento.

Durigan é o integrante da equipe econômica com mais credibilidade junto ao mercado financeiro e admitiu que o governo pode recuar das propostas após reunião com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e com os dirigentes dos maiores bancos privados do país no Ministério da Fazenda. Todo o empresariado está repudiando a medida, que atinge fortemente a indústria e, também, a grande massa de empreendedores.

O aumento da alíquota do IOF sobre operações de crédito, para empresas, operações cambiais e previdência privada foi anunciado na semana passada. Atinge crédito pessoal ou financiamento (empréstimos); a compra de moedas estrangeiras (câmbio) e, também, a compra e venda de títulos (investimentos). Por isso mexe com a vida de todo mundo, do industrial ao empreendedor, não apenas dos rentistas. Já é grande a insatisfação dos contribuintes ao ter que pagar Imposto de Renda.

Por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo foi obrigado a fazer um ajuste nas contas públicas, que deveria ser da ordem de R\$ 51,3 bilhões para cumprir as exigências da legislação orçamentária. A opção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi cortar R\$ 31,3 bilhões e aumentar o IOF para arrecadar mais R\$ 20,5 bilhões neste ano. Numa conta de balcão de boqueteim, na prática, o governo quis fazer um ajuste de apenas R\$ 11,25 bilhões, porém, esperteza demais engole o dono.

A lógica econômica do Palácio do Planalto é aumentar os gastos públicos para aquecer a economia e gerar e emprego, o que realmente está acontecendo, porém, com o aumento do déficit público, a inflação precisa ser contida pela política monetária, ou seja, o Banco Central (BC) eleva os juros (Selic). A equipe econômica sabe que precisa cortar gastos. Isso é possível sem prejudicar os programas destinados aos mais pobres, com foco na área meio e cancelamento de projetos não prioritários. Entretanto, o presidente Lula e os demais ministros não aceitam essa alternativa. Estão de olho nas eleições de 2026.

Divulgado na semana passada, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Rardp), bimestral, informa que as despesas obrigatórias deste ano ficarão R\$ 36,4 bilhões maiores do que o previsto quando o Orçamento foi aprovado. Os gastos crescem na Esplanada como as unhas dos seus ministros, só que não são cortados. O orçamento do Ministério da Justiça este ano é de R\$ 22 bilhões. O dos Transportes, R\$ 30,8 bilhões. O da Cultura, R\$ 4 bilhões. O dos Povos Indígenas, R\$ 1,3 bilhão. É muito dinheiro.

Menos desperdício

A conta de benefícios previdenciários é de R\$ 16,7 bilhões. Com base nos dados observados de janeiro a abril deste ano, a conta de benefícios "normais" ficaria R\$ 9 bilhões maior do que o previsto, e a de precatórios previdenciários, R\$ 7,7 bilhões mais elevada. Se considerarmos apenas como referência o salário mínimo de R\$ 1.518,00, a despesa previdenciária aumenta em mais R\$ 4,09 bilhões. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, cresceu R\$ 2,8 bilhões. O motivo do crescimento é a concessão do benefício por via judicial.

O presidente Lula tem a transferência de renda para os mais pobres como uma promessa de campanha, isso é legítimo, pois foi eleito com essa plataforma. Para manter esse compromisso e não ver seu governo desandar, porém, terá de cortar em outras áreas do governo, acabar com os desperdícios, combater a corrupção, cancelar programas que são perfumarias ou maracutaia mesmo.

Qualquer gestor público sabe que um corte de 2% nas despesas de uma administração não é o fim do mundo, mas uma questão de vontade política, que depende de uma opção preferencial por austeridade, eficiência, transparência, ou seja, produtividade. O uso intensivo de tecnologia pode resolver isso. Agora mesmo, nesse escândalo do INSS, o simples uso de biometria seria capaz de evitar as fraudes, segundo a Polícia Federal (PF).

Não se trata aqui de um debate ideológico, do tipo "neoliberais versus desenvolvimentistas". Além da contingência econômica (o déficit fiscal), existe a política. Para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), "o Brasil não precisa de mais imposto. Precisa de menos desperdício". A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) exigem que o Congresso rejeite o aumento do IOF.

Segundo essas entidades, com o aumento do IOF, os custos das empresas e dos negócios com operações de crédito, câmbio e seguros serão elevados em R\$ 19,5 bilhões apenas no que resta do ano de 2025. "Para 2026, o aumento de custo chega a R\$ 39 bilhões", com uma carga tributária do IOF para empresas em mais de 110% ao ano. Por essa razão, o governo está derrotado por antecipação: a correlação de forças no Congresso não permite o aumento do IOF. O melhor seria fazer do limão a limonada, o governo cortar na carne e cobrar do Congresso e do Judiciário a mesma atitude.

ESCÂNDALO DO INSS

Biometria teria evitado fraudes, diz delegado

Na Câmara, agente da PF afirma que governança da autarquia "não funcionou"

» WAL LIMA

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Carlos Henrique: "Se a biometria tivesse efetivamente instaurada, 58% das fraudes poderiam ter sido evitadas"

Em audiência na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara, o delegado da Polícia Federal Carlos Henrique Oliveira de Sousa afirmou que mais da metade dos casos de fraudes no INSS poderiam ter sido evitados com o uso de biometria no aplicativo Meu INSS. Segundo ele, a governança da autarquia "não funcionou", o que abriu brecha para os desvios, mencionando pesquisas de outros agentes policiais sobre os crimes previdenciários.

"Nós temos uma especialização dentro da Polícia Federal no combate aos crimes previdenciários. A gente tem colegas que fizeram mestrado, e eles apuraram que, se a biometria tivesse efetivamente instaurada, 58% das fraudes poderiam ter sido evitadas", ressaltou.

Ele comentou que os primeiros inquéritos chegaram à Polícia Federal em maio de 2023, mas o relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), em junho do ano passado, foi o ponto de virada, porque o documento destacava 11 entidades envolvidas responsáveis por 90% dos descontos irregulares nas folhas de aposentados e pensionistas. Com isso, as investigações mostraram a proximidade de um diretor do INSS com as entidades associativas.

"Nas investigações e levantamentos em fontes abertas, ficava claro o envolvimento de um diretor especificamente com uma das entidades. Ele chega a ir a algum evento público de uma dessas entidades, que mostrava claramente a relação pessoal dele com essas entidades", contou, sem citar o nome.

Sousa ainda comentou sobre a existência de um inquérito principal, que apura a

responsabilidade de servidores e outros inquéritos, nos estados, para verificar cada associação envolvida nos descontos indevidos.

O delegado também informou que as investigações da PF foram unificadas em 2024, em razão do relatório encaminhado pela CGU. Atualmente, além do inquérito principal em Brasília, existem 13 em seis estados com a atuação de aproximadamente 50 servidores da Polícia

Federal, segundo Sousa.

A audiência pública foi proposta pelos deputados Cabo Gilberto Silva (PL-PB) e Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), para obterem mais detalhes sobre a ação policial.

Bilynskyj acusou falta de empenho do governo no caso e avaliou que, mesmo que esse efetivo policial viesse a dobrar, ainda seria pequeno. "Cem policiais para maior fraude da história do INSS é um absurdo", criticou.

Informe Publicitário

REDES SOCIAIS

Motta é pressionado

A oposição pediu ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a criação de uma comissão na Casa para debater a regulação das redes sociais com diretores de plataformas digitais, especialistas, juristas e representantes da sociedade.

A ideia, segundo o grupo, é fazer um contraponto à mobilização do governo Lula e frear a movimentação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema. Em reunião com Motta, na noite de antontem, os deputados citaram o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para que o STF acelere a análise do Marco Civil da Internet.

Existe a "preocupação com a possibilidade de o Judiciário impor, de forma unilateral, restrições severas à liberdade digital no Brasil", afirmaram os parlamentares, em nota.

No último sábado, Lula voltou a cobrar a regulação das redes "Temos de regular o uso dessas empresas. Não é possível que tudo tem controle neste país, menos as empresas de aplicativos", afirmou, em Campo Verde (MT). Dois dias depois, a AGU enviou ao Supremo requerimento de urgência pedindo que a Corte imponha uma decisão célere sobre o Marco Civil da Internet.

Citando publicações fraudulentas que tratam do ressarcimento de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas de descontos irregulares, a AGU pediu ao STF que atue para interromper a disseminação de informações falsas e impedir que usuários fiquem expostos à violência digital na internet.

O governo prepara uma proposta de regulamentação das plataformas digitais, na forma de dois projetos de lei a serem enviados ao Congresso, após o PL das Fake News ter sido retirado da pauta de votações da Câmara, em 2023.

NOTA DO GDF SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES

O GDF informa que ingressou com medidas judiciais contra a greve iniciada pelo Sindicato dos Professores (Sinpro-DF).

O movimento é abusivo, ilegal e político, causando prejuízos para milhares de estudantes e suas famílias.

A paralisação ocorre justamente quando o GDF avança na valorização da carreira. Desde 2023, foram concedidos 12% de reajuste salarial. Em julho deste ano, será paga a terceira e última parcela do reajuste, totalizando 18%. Além disso, a incorporação da Gratificação de Atividade Pedagógica (Gaped) segue em andamento, com conclusão prevista para janeiro de 2026. Essas medidas representam um ganho estrutural de 30% sobre a base salarial da categoria.

Somado a isso, o GDF já aumentou em R\$ 2,08 bilhões por ano os investimentos na folha de pagamento da Carreira do Magistério — valor que ainda crescerá com a última etapa do reajuste e da incorporação da Gaped.

Mesmo com o cenário positivo, o sindicato optou pela greve em meio a um processo eleitoral interno, o que levanta dúvidas sobre as verdadeiras motivações do movimento.

O GDF reafirma o respeito ao direito à manifestação, mas não pode admitir que interesses político-eleitorais comprometam o ano letivo.

